

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA**  
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**  
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às  
4 quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma híbrida a Comissão de Orçamento e  
5 Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do  
6 senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de  
7 Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: André Martins Biancarelli, Arlindo  
8 Alemão Gregório, Cláudio José Servato, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, José Alexandre  
9 Diniz, Márcio Antônio Cataia, Rodrigo Ramos Catharino e Wagner de Melo Romão. Como  
10 convidados, compareceram os professores Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Fernando  
11 Antonio Santos Coelho, João Marcos Travassos Romano e Rachel Meneguello. Havendo  
12 quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Centésima Quinquagésima Primeira Reunião  
13 Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio, realizada de forma híbrida. Submete à  
14 apreciação a Ata da 150ª Sessão Ordinária, consultando se há observações. Não havendo,  
15 submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 06 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa  
16 à Ordem do Dia, com 03 itens, informando que o item 01 – 01-P-18408/2017 – trata de  
17 alterações na Tabela de Gratificações de Representação, com inclusão de novas GRs e correção  
18 do número máximo de funções gratificadas. A tabela consta na Deliberação A-16/2019, e estão  
19 trazendo, para avaliação, uma nova estrutura depois da certificação de todos os órgãos da  
20 Universidade. Vai fazer uma introdução do tema e depois vai abrir a palavra aos pró-reitores,  
21 para que eles possam detalhar um pouco mais a demanda com relação à pós-graduação, à  
22 coordenação de extensão e ao mestrado profissionalizante. Na Deliberação Consu-A-16/2019,  
23 foi estabelecido um quantitativo em relação às gratificações, e na época elas envolviam recursos  
24 da ordem de R\$3,945 milhões. Primeiro houve uma proposta tratada dentro do Conselho  
25 Universitário, em abril, para um corte linear de 30%, para reduzir para R\$2,686 milhões. Houve  
26 um debate intenso dentro do Conselho Universitário, e na segunda deliberação do Conselho, a  
27 que fez referência, optou-se em buscar essa redução na concessão das gratificações a partir do  
28 processo de certificação de todos os órgãos. Depois de tudo certificado, inclusive a última  
29 certificação terminou só em final de 2021 para 2022, que foi a do HC, estão com um valor de  
30 R\$2,981 milhões em gratificações. Ou seja, foi possível reduzir de forma significativa, de cerca  
31 de R\$3,9 milhões para R\$2 milhões; um corte aproximado de R\$1 milhão nessas gratificações.  
32 Entretanto, se olharem as 105 funções gratificadas na Universidade, 100 ficaram dentro daquele  
33 quantitativo estabelecido na deliberação, mas ainda cinco funções que estão descritas na tabela  
34 que apresentam excedentes: para a de coordenador de divisão, a deliberação tinha determinado  
35 o máximo de 43 após a certificação, chegaram a um total de 57, portanto um excedente de 14;  
36 para coordenador de serviço, a deliberação colocou 232, após as certificações ficaram em 268,  
37 uma diferença de 36; assistente técnico, 73 contra 106, um excedente de 33; supervisor de  
38 sessão, 300 contra 442, portanto ainda um excedente de 142, e da secretaria de diretoria de 30  
39 para 34, com 4 a mais. Somando todas essas, existe ainda um quantitativo de cerca de 200  
40 acima. Levando em consideração o aumento de 20,67% concedido aos salários, que também

1 atingem as gratificações, significa um aumento de R\$382 mil ou um valor anual de R\$6,120  
2 milhões. Chama a atenção que isso não significa um acréscimo, hoje, no orçamento porque já  
3 vem sendo remunerado. Isso já foi orçado em 2022 e, portanto, não é um acréscimo. A verdade  
4 é que se houvesse o corte, representaria uma economia de R\$6 milhões a valores de hoje em  
5 relação ao que foi orçado. A proposta que levarão ao Consu e que vão antes avaliar aqui na  
6 COP é primeiro corrigir o Anexo II da deliberação, incluindo essa diferença apresentada, esse  
7 excedente, que não precisa ser votado aqui na COP porque não representa acréscimo de recurso.  
8 O que vai sim significar e vai como uma proposta para o Consu, se aprovada aqui na COP, é a  
9 inclusão de 24 gratificações para os coordenadores de extensão. Lembra que hoje existe a  
10 gratificação conjunta como coordenador de pesquisa e extensão, cabendo à unidade de ensino  
11 escolher se deseja uma ou outra. O que estão fazendo agora é separá-las, portanto terão 24  
12 coordenadores de pesquisa e 24 coordenadores de extensão. Além disso, das 65 coordenações  
13 de programas de pós-graduação na Universidade, o que se tinha a partir da deliberação de 2019  
14 era que naquelas unidades onde havia apenas um programa havia uma coordenação geral, e nas  
15 demais unidades que tinham mais de um programa de pós-graduação, além de ter de assumir  
16 uma dessas coordenações de programa, o coordenador geral assumia também a coordenação  
17 geral, então ele tinha uma dupla função de ser o coordenador geral e de ser o coordenador de  
18 um programa. O que estão fazendo aqui é separar isso, propondo haver gratificações para a  
19 coordenação geral de pós-graduação e as coordenações para os programas. Naquelas unidades  
20 onde existe apenas um programa, obviamente prevalece a coordenação geral e não se atribuem  
21 duas gratificações. Estão separando as duas funções. Outro aspecto seria gratificar a função já  
22 existente de coordenador de mestrado profissional, que não vinha recebendo a gratificação,  
23 então os coordenadores dos 11 programas de mestrado profissional na Universidade passariam  
24 a receber. Além disso, há uma demanda da Pró-Reitoria de Pesquisa para a inclusão de três  
25 gratificações para os coordenadores de comissões de ética: a CEP, CEP-CHS e a Ceua. O valor  
26 mensal para essas 24 coordenações de extensão, já com o reajuste salarial de 20,67%, é de cerca  
27 de R\$37 mil, as R\$23 coordenações de programas de pós-graduação de cerca de R\$36 mil, as  
28 11 coordenações de mestrado profissional cerca de R\$17 mil e as três coordenações de  
29 comissões de ética na pesquisa cada uma delas R\$2.654. Somadas, elas dão um valor de  
30 R\$99.166 por mês, que multiplicado por 13,3 resulta em R\$1,322 milhão, que somado com os  
31 R\$6,12 milhões já incluídos no orçamento totalizam R\$7,4 milhões. Estão incluindo apenas  
32 aqui esse R\$1,322 milhão, é isso que será votado. A comparação é apenas entre março de 2021  
33 e março de 2022, para mostrar como foi mantida, dentro da atual gestão, a deliberação de 2019:  
34 o valor aplicado era, no início de março de 2021, R\$2,672 milhões, e em março de 2022,  
35 R\$2,981 milhões. A diferença é decorrente dos valores certificados do HC, R\$309 mil, que  
36 somados dão aquele valor de R\$2,981 milhões, que reajustados com os 20,67% chegam aos  
37 R\$3,597 milhões. Em seguida, apresenta o valor que geralmente é perguntado com relação  
38 àquele quadro onde há as gratificações e o quadro onde vai haver as vacâncias, que hoje  
39 constituem um valor mensal de R\$821 mil. Não tem sentido somá-los com os R\$3,597 porque  
40 há duas trajetórias, uma daquelas funções que uma vez substituídas serão extintas na vacância,

1 e outras que serão transferidas para o quadro atual e, portanto, já estão orçadas nesse quadro.  
2 Passa a palavra para os pró-reitores convidados, para que façam as justificativas das solicitações  
3 das novas gratificações. A Professora RACHEL MENEGUELLO agradece ao professor  
4 Fernando pelo convite para participar desta reunião, porque é uma pauta realmente importante  
5 para a pós-graduação que a PRDU absorveu, trouxe aqui uma sugestão de solução que está  
6 sendo apresentada aos membros da COP e que será apresentada ao Consu posteriormente.  
7 Esclarece que uma das demandas diz respeito aos mestrados profissionais, cujas demandas  
8 talvez os colegas conheçam, ela já é mais antiga porque existem mestrados profissionais desde  
9 2003 na Universidade, tendo sido o primeiro na FOP. Depois, veio o ProfMat, da Matemática  
10 Aplicada, em 2006, e na década de 2010 – 2012, 2016, 2017 – foram se formando os outros  
11 mestrados profissionais, até por estímulo da própria Universidade de que ela precisava ter  
12 também cursos que respondessem um pouco mais imediatamente a demandas de mercado, a  
13 demandas de várias áreas, mais aplicadas, e é nessa direção em todas as áreas de conhecimento  
14 em que há cursos profissionais, seja na Saúde, seja nas Exatas, seja nas Humanas. Nas  
15 Humanas, há o ProfHistória e o Gestão Escolar. Eles não são programas *lato sensu*, existe uma  
16 diferença importante para a Capes e para o próprio sistema interno de pós-graduação. Como  
17 programa *stricto sensu*, esse programa responde a todas as necessidades e demandas que a  
18 Capes apresenta para os mestrados acadêmicos. Eles são profissionais, mas respondem às  
19 mesmas demandas dos acadêmicos: têm a Sucupira para preencher, as suas comissões de  
20 avaliação, têm as mesmas respostas dadas com relação aos alunos e prazos, critérios, portanto  
21 tudo o que é feito nos mestrados acadêmicos. Essa é uma coordenação nunca reconhecida  
22 financeiramente como gratificação na Universidade, e entendem que agora têm condições de  
23 responder, lembrando que já há uma consolidação desse sistema: 10% dos alunos de mestrado  
24 são dos mestrados profissionais. Então há um sistema funcionando, que desejam também que  
25 cresça com outras áreas, com outras iniciativas. Trata-se de reconhecê-los no seu trabalho,  
26 frente às instituições a que respondem sempre, e frente ao próprio trabalho, que é idêntico.  
27 Então, essa é a demanda das gratificações de coordenação para os mestrados profissionais, que  
28 são hoje esses 11 cursos. A outra demanda da pós-graduação é um sistema que estão propondo  
29 que retorne, que todos já conhecem, que é de ter a presença do coordenador geral da pós-  
30 graduação nas unidades. A conjuntura dos anos passados levou à redução desse cargo,  
31 acoplando a coordenação de um programa específico acadêmico. O docente, então, teria duas  
32 funções: o seu programa e a coordenação geral. A solicitação aqui é retornar ao cenário anterior,  
33 com a motivação de que é um trabalho de gestão e de coordenação institucional muito oneroso  
34 para o docente, que já cuida disso no seu programa, para cuidar disso inclusive em unidades  
35 que têm de três, quatro programas. Há unidades com 15 programas; o IFCH tem 10 programas,  
36 a FCM tem 15, o IB tem seis. São números que parecem pequenos, mas em termos de trabalho  
37 acadêmico e de gestão de alunos, professores, disciplinas, projetos, isso é muita coisa. Então, o  
38 coordenador geral é importante porque é ele que nessas unidades, com um número grande de  
39 programas ou um número maior que dois, ou três de programas, tem de garantir as condições  
40 institucionais de funcionamento desses programas, que acolhe as questões dos alunos, que

1 define determinadas comissões, que encaminha determinadas propostas de regra. Enfim, nessas  
2 unidades a gestão institucional é importante e, além disso, a gestão financeira é muito  
3 importante. Há um volume de recursos importantíssimos na Universidade que está no âmbito  
4 da pós-graduação: neste ano há mais de R\$3 milhões que giram em torno dos recursos dos  
5 programas Proap, ou seja, os programas com notas até cinco. E uma gestão de recursos de mais  
6 de R\$5 milhões que giram em torno dos programas Proex. No caso dos programas Proap, a  
7 Capes estendeu o prazo, felizmente, para gasto; estavam agora em abril na iminência de  
8 devolver para o governo federal mais de R\$2,5 milhões por conta do não gasto desses recursos.  
9 Precisam gastá-los, primeiro porque são recursos advindos das pesquisas feitas na  
10 Universidade. Trata-se de gerenciar o que cada programa tem em mãos, o que ele pode  
11 emprestar para o outro, como pode gastar de um jeito, emprestar para um outro programa, fazer  
12 a gestão financeira dos recursos de maneira a otimizá-los. Estão preocupados em otimizar o que  
13 possuem, e é preciso dedicar-se a isso. É muito difícil o docente que está dedicado a isso no seu  
14 programa, inclusive em termos acadêmicos, fazer isso para os outros programas, para os outros  
15 cenários, das várias condições financeiras institucionais dos seus programas parceiros da  
16 unidade, ao mesmo tempo. Então o retorno daquela composição da qual é protagonista o  
17 coordenador geral é muito importante por esses dois grandes motivos: a gestão institucional das  
18 condições institucionais e a gestão financeira de recursos que possuem na Universidade. Fica à  
19 disposição para perguntas. O Professor FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que  
20 essa é uma demanda bastante antiga da Extensão; observa que artigo 207 da Constituição  
21 brasileira, que versa sobre o papel das universidades, menciona a indissociabilidade entre o  
22 ensino, pesquisa e extensão. Quando pensam em indissociabilidade, imaginam um trabalho de  
23 ensino, pesquisa e extensão completamente interligado, e que todas essas atividades são  
24 fundamentais para que a Universidade possa cumprir, dessa maneira, o seu papel social. Quando  
25 se debruçam especificamente sobre a extensão, veem claramente que é por meio dela que a  
26 Universidade se aproxima da sociedade e se deixa aproximar pela sociedade. Esse trabalho de  
27 extensão tem uma importância no que se refere ao reconhecimento da Universidade pela  
28 sociedade e uma importância política, no momento em que vivem, em que a Universidade se  
29 vê o tempo todo sob pressão, pois frequentemente se pergunta para o que ela serve. Acha que é  
30 realmente injusta a forma como a Universidade vem tratando o tema extensão, e sobretudo as  
31 coordenações de extensão nas unidades, porque esse trabalho de extensão é um trabalho que  
32 tende a se avolumar. Estão caminhando agora para uma situação de curricularização da  
33 extensão, em que o coordenador da extensão e o coordenador de graduação vão necessitar  
34 realizar uma série de trabalhos em conjunto, para permitir não só que possam cumprir as  
35 demandas legais, obviamente, mas também e principalmente para que consigam, a partir dessa  
36 interação entre as duas áreas, caracterizar de forma muito eficiente o que pode ou não ser  
37 validado como atividade de extensão. Esse não é um trabalho fácil, e vai aumentar  
38 consideravelmente a demanda de trabalho dos coordenadores de extensão, que não é pequena.  
39 Os coordenadores de extensão estão em cada uma das áreas, em cada uma das unidades de  
40 ensino, pesquisa e extensão, realizando uma série de trabalhos relacionados à validação de

1 cursos, a montagem de todo o processo necessário para validar o curso de extensão, toda parte  
2 relacionada também aos trabalhos que são realizados nas unidades. Então é justo que seja  
3 reconhecido o valor dessa atividade para a Universidade e que fique muito claro à Universidade,  
4 à comunidade, a importância que a extensão precisa ter dentro desse contexto da Universidade,  
5 inclusive pelo fato de que ela deve ser tratada exatamente com a mesma importância com que  
6 são tratados tanto o ensino quanto a pesquisa. Em função disso, a Pró-Reitoria de Extensão e  
7 Cultura advoga que sejam concedidas GRs para os coordenadores de extensão. E solicita  
8 também porque hoje o que possuem é uma situação em que a coordenadoria de extensão está  
9 atrelada à coordenadoria de pesquisa. Há coordenador de extensão e pesquisa nas unidades e,  
10 obviamente, uma GR para essas duas atividades. E, dependendo da unidade, essa GR pode ir  
11 para uma área ou para outra. Levando em consideração a importância das duas áreas, é  
12 fundamental a solicitação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura é que seja criada uma  
13 coordenadoria de extensão, uma coordenadora de pesquisa e, obviamente, atribuída a essas duas  
14 coordenadorias uma GR compatível com a importância e a relevância do trabalho para a  
15 Universidade e para a comunidade. Fica à disposição dos colegas que quiserem esclarecimento  
16 para essa demanda antiga e que no seu entender corrige uma distorção que a Universidade vem  
17 cometendo ao longo de muitos anos. O Professor JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO  
18 inicia recordando um princípio basilar, o tripé das atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão.  
19 No que se refere a ensino, a professora Rachel tratou da pós-graduação, o professor Fernando  
20 Coelho falou sobre extensão, e ele falará de pesquisa, especialmente dos comitês de ética em  
21 pesquisa, cujo trabalho é parte dessa atividade-fim. Sem o trabalho deles, interrompem-se não  
22 todas, mas grande parte das pesquisas realizadas na Unicamp. Uma secretaria de pesquisa  
23 também é importante para que os trabalhos de pesquisa sejam feitos, mas no caso desses comitês  
24 e dessa comissão, não se trata de um trabalho de apoio, mas de um trabalho intrínseco à  
25 atividade de pesquisa. Seguir os protocolos éticos de pesquisa é parte integrante da atividade  
26 do pesquisador, e esse é o ponto fundamental que coloca em relevo aqui para defender a  
27 gratificação desses três colegas, inclusive no mesmo bojo que estão defendendo os colegas  
28 ligados a outras atividades-fim, como a extensão e o ensino de pós-graduação. Essas comissões  
29 estão ligadas à PRP, como deveriam de fato estar, inclusive, uma vez aprovada, implicaria uma  
30 mudança da certificação da PRP. A Comissão de Ética em Pesquisa – CEP é a maior delas, e  
31 ocupa-se da aprovação dos protocolos de ética em pesquisas nas mais diversas áreas. É claro  
32 que as Ciências Biomédicas ocupam uma boa porcentagem desses trabalhos, mas há também  
33 nas áreas de Exatas, nas Tecnológicas. Ela é composta por 41 membros relatores com formações  
34 multidisciplinares, representantes das diversas unidades, todos os diretores aqui presentes em  
35 algum momento tiveram de sugerir nomes para participar da CEP. Possui livre acesso a todas  
36 as funcionalidades da Plataforma Brasil, situada no sistema CEP/Conep, vinculada ao  
37 Ministério da Saúde; precisa revisar os aspectos éticos de todos os protocolos de pesquisa  
38 discutidos e fazer um parecer substanciado, que é sempre elaborado com muito cuidado e  
39 fruto de discussão e deliberação, em reuniões de colegiado que ocorrem periodicamente. Algo  
40 que também precisam levar em consideração é que uma vez liberada essa autorização, a

1 coordenação da CEP se torna corresponsável pelas pesquisas, por tudo o que possa haver em  
2 termos de algum potencial processo, judicialização, o que for, juntamente com o pesquisador.  
3 A atual coordenadora da CEP, a doutora Renata Celeghini, é uma funcionária Paepe com  
4 formação em Química. A CEP-CHS, que se refere a Ciências Humanas e Sociais, já estava  
5 desvinculada da CEP original, dado o crescente número de trabalhos de pesquisa as Ciências  
6 Humanas em geral, em educação muito em particular, que envolvem entrevistas, muitas vezes  
7 até entrevistas com menores de idade, fotografias, qualquer tipo de uso de informação pessoal,  
8 de determinado grupo de população que esteja sendo utilizado. Isso fez também com que  
9 houvesse uma nova comissão, um pouco menor, mas ainda tratando de um número grande de  
10 trabalhos. Os números de pareceres consubstanciados liberados na CEP é de 1913 e na CEP-  
11 CHS é de 1941. A coordenação da CEP-CHS está em transição neste momento, era o professor  
12 Thiago da Motta Sampaio do IEL e agora vai passar para a professora Sandra Fernandes Leite,  
13 da FE. E finalmente há um trabalho importantíssimo, para o qual cada vez mais a sociedade  
14 está atenta, que é da Ceua, a Comissão de Ética no Uso de Animais. Com a sensibilização da  
15 sociedade, os protocolos têm sido cada vez mais cuidadosos, mais exigentes, e a Unicamp tem  
16 de segui-los, tanto no armazenamento desses animais, no vigiar a sua reprodução, quanto no  
17 uso propriamente dito nos experimentos. A cada parecer circunstanciado emitido, o  
18 coordenador da comissão se torna corresponsável. Aqui também é um número muito grande de  
19 tarefas: assegurar que as recomendações do Concea sejam observadas; examinar os protocolos  
20 experimentais, tanto na pesquisa como no ensino, porque no ensino em Medicina, Biologia se  
21 utilizam também experimentos animais; avaliar a qualificação e a experiência do pessoal  
22 envolvido; manter arquivado relatórios finais que envolvam o uso dos animais; incentivar a  
23 adoção dos princípios de refinamento, redução e substituição no uso de animais em ensino e  
24 pesquisa e uma série de outras coisas. É um trabalho muito grande, de muita responsabilidade,  
25 e é um trabalho essencial; talvez todos aqui, ou quase todos, tenham tido necessidade de passar  
26 pelo Comitê de Ética. Essas pessoas são muito dedicadas, mas não se trata de uma reivindicação  
27 específica para essas pessoas, é uma reivindicação de longa data para essa função. Portanto,  
28 solicita que olhem com muito cuidado o trabalho dedicado dessas pessoas e a importância disso  
29 para a Unicamp ao deliberar sobre a inclusão dessas três gratificações. Existe uma CEP  
30 vinculada à Faculdade de Odontologia, mas isso é um assunto específico de uma unidade. As  
31 três que são vinculadas à Pró-Reitoria de Pesquisa, e para as quais faz essa solicitação, são as  
32 que acabou de mencionar, Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, Comitê de Ética em Pesquisa  
33 em Ciências Humanas e Sociais – CEP-CHS e Comissão de Ética no Uso dos Animais – Ceua.  
34 O Professor JOSÉ ALEXANDRE DINIZ diz que apoia a proposta, trata-se de uma justiça ter  
35 GR para esses coordenadores. Foi vice-coordenador associado da Fec na extensão, e era uma  
36 dificuldade em pagar uma GR para o coordenador de extensão com a responsabilidade que  
37 tinha. Também no caso da pós-graduação, entende a importância dessas coordenações,  
38 inclusive para manter a Universidade em um nível bem alto na avaliação Capes. Pergunta se  
39 com essas GRs novas terão de alterar o regimento. O SENHOR PRESIDENTE responde que  
40 sim, vão mudar no regimento da Universidade e depois cada unidade se adapta, mas já farão

1 isso no Conselho Universitário do final do mês. O Professor JOSÉ ALEXANDRE DINIZ  
2 pergunta, em relação a esses cargos excedentes, se na vacância a unidade perde a gratificação.  
3 O SENHOR PRESIDENTE responde que há aquelas funções que estão em extinção: estão  
4 ocupadas, mas se extinguem uma vez entre em vacância. E há funções que estão sendo mudadas  
5 para o quadro atual que foi criado, então precisam analisar caso a caso. A Professora HELOISE  
6 DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que nos dois documentos que foram fornecidos a  
7 respeito dessas modificações, da PRDU/GDCE e a Informação Aeplan, há uma frase que  
8 imediatamente destoou e só entendeu quando a professora Rachel explicou. A frase é:  
9 “Dificuldades práticas da regra que vincula a atuação do coordenador de pós-graduação a um  
10 dos programas de pós-graduação”. Isso dá a impressão de que existem programas de pós-  
11 graduação sem coordenador e coordenador sem programa de pós-graduação. O que não é real,  
12 de acordo com o que a professora Rachel explicou, então talvez fosse melhor reformular essa  
13 frase incluindo “o coordenador geral de pós-graduação em unidades que têm mais do que um  
14 curso de pós-graduação”, explicando um pouco melhor, porque ela está confusa. O SENHOR  
15 PRESIDENTE diz que vão mudar a redação deixando claro. Hoje, naquelas unidades onde há  
16 apenas um programa, o que está ali é a coordenação geral. Então, na verdade não precisam criar  
17 as 24 coordenações gerais, elas já existem, certamente. O que acontece é que esse coordenador  
18 geral, hoje, também incorpora algum outro programa. Onde há apenas um programa é óbvio,  
19 mas há casos de unidades com mais de 10 programas de pós-graduação. A Professora RACHEL  
20 MENEGUELLO observa que essa confusão não existe; há coordenadores gerais que acumulam  
21 a coordenação de um programa, mas, por exemplo, os coordenadores de mestrado profissional  
22 constam dos quadros das unidades, eles só não têm a gratificação. Essas coordenações todas  
23 existem nos quadros das unidades, nada precisará ser criado; trata-se apenas de um cenário que  
24 já está estabelecido, inclusive em termos formais, mas não tem esse reconhecimento financeiro  
25 de uma gratificação. O SENHOR PRESIDENTE diz que a frase realmente é muito genérica,  
26 não explícita, mas vão alterar a redação para esclarecer do que se trata. O Professor MÁRCIO  
27 ANTÔNIO CATAIA diz que também considera as três iniciativas fundamentais para a  
28 Universidade. As unidades, de fato, tinham muitos problemas, tirando, no caso da pós-  
29 graduação, um coordenador de programa para fazer a coordenação geral, o que multiplica o  
30 trabalho, e dessa forma a qualidade pode, nos momentos de muito trabalho, ser comprometida.  
31 Excelente iniciativa para que possam retornar a uma situação anterior que lhe parecia mais  
32 adequada. Com relação à extensão, é mais importante ainda, porque não havia antes e agora  
33 está sendo criada, principalmente neste momento, como o professor Fernando Coelho já  
34 mencionou, da curricularização da extensão, que coloca, cada vez mais, os coordenadores da  
35 extensão em trabalho conjunto com os coordenadores da graduação. Isso é muito bom, as  
36 unidades vão ganhar em qualidade, inclusive vai possibilitar uma melhor avaliação da extensão  
37 que fazem na Universidade. Portanto, é excelente o que está sendo feito agora. O professor  
38 Diniz mencionou a necessidade de alteração do regimento, então pergunta se também terão um  
39 pequeno tempo para as unidades arrumarem sua certificação. O SENHOR PRESIDENTE diz  
40 que no regimento da Universidade a função é conjunta, está escrito “pesquisa e extensão”,

1 portanto terão de mexer no Regimento, farão isso no Conselho Universitário, e a partir daí as  
2 devidas adaptações. Estão sugerindo, mas evidentemente as unidades têm toda a liberdade,  
3 embora acredite que essa demanda é uma demanda de todas elas. O Professor MÁRCIO  
4 ANTÔNIO CATAIA pergunta se, com a aprovação do Conselho Universitário, imediatamente  
5 já podem fazer a adoção desse coordenador geral. O SENHOR PRESIDENTE responde que  
6 essas consultas sempre são importantes junto à Procuradoria Geral e à Secretaria Geral, mas  
7 não vê nenhum problema, uma vez aprovado no Conselho Universitário. O Professor  
8 WAGNER DE MELO ROMÃO manifesta seu apoio a essa iniciativa, que acha que coloca a  
9 extensão no seu devido lugar, como algo que faz parte do organograma da Universidade,  
10 também do provisionamento de recursos. A mesma coisa para os programas de pós-graduação  
11 e de mestrado profissional. Salienta que na tabela seria bom haver uma retificação onde está  
12 coordenador de programa de pós-graduação, acha que também se refere a unidade, se não está  
13 enganado, na linha do que a professora Heloise também recomendou. Registra a importância  
14 da gratificação para as coordenações dos comitês de ética. É um trabalho exaustivo, nunca  
15 participou, mas tem colegas que participam, e também são coordenadores desse processo de  
16 trabalho sobre os projetos de pesquisa na universidade, especialmente aqui na Unicamp. Nada  
17 mais justo e que bom que a gestão está preocupada com esse tipo de questão, de fazer aquilo  
18 que é justo ao trabalho dos colegas que estão assumindo essas funções. O Professor ANDRÉ  
19 MARTINS BIANCARELLI reitera o que disseram os colegas que o antecederam no apoio às  
20 medidas. Tem uma dúvida referente à reinstituição da coordenação geral: pelo valor da  
21 gratificação e pelo nome na tabela, pergunta se o que está sendo recolocado é mais uma  
22 coordenação de pós-graduação, não é um coordenador de extensão que geral que deixou de  
23 existir. Do ponto de vista formal, burocrático, é uma gratificação de programa, não exatamente  
24 do geral, que essa não deixou de existir, só foi substituído por um. O SENHOR PRESIDENTE  
25 diz que existem hoje 65 programas de pós-graduação. Algumas unidades possuem apenas um,  
26 então o coordenador geral está junto com o coordenador do programa. O que foi acrescentado  
27 aqui é um novo, que é a coordenação de pós-graduação do Programa Santiago Dantas, da  
28 Unicamp, Unesp e PUC-SP, uma coordenação de programa que não estava considerada. A  
29 Professora RACHEL MENEGUELLO diz que estão solicitando para este programa, que é  
30 interinstitucional e nunca teve gratificação, porque ele iniciou na Universidade em 2004 como  
31 um convênio, não como um curso, por questões da Capes. O Santiago Dantas, que era a  
32 motivação desses programas de pós-graduação, era um convênio das universidades. E isso  
33 levou que ao longo do tempo ele não tivesse, dentro do quadro da unidade, a categoria de curso  
34 com a gratificação. Hoje, no caso da Unicamp, embora esteja lotado no IFCH, hoje o  
35 coordenador do Santiago Dantas é um professor do Instituto de Economia. Essas mudanças não  
36 sei como se fazem em termos burocráticos, mas o fato é que estão solicitando essa gratificação.  
37 Como já mencionou, mesmo sem gratificação, todos os coordenadores são reconhecidos na  
38 DGRH no quadro da unidade. Hoje a Universidade tem nove unidades que só possuem um  
39 programa, e elas continuam como estão; outras 14 têm mais de um curso. Tudo isso precisa  
40 ficar esclarecido porque estão solicitando essas gratificações hoje, que não são reconhecidas,



1 nas unidades que têm mais de um programa. Não estão aumentando coordenações gerais como  
2 gratificação, estão aumentando gratificações de programas que foram absorvidos nessa reforma  
3 que houve nesse meio tempo. O SENHOR PRESIDENTE diz que a tabela mostra o acréscimo,  
4 que é o que votam aqui na COP, o quantitativo de gratificações que estão sendo criadas. Estão  
5 sendo criadas 24 para extensão, 23 para coordenador de programas de pós-graduação,  
6 lembrando que são 65, há 17 ou 18 casos de unidades onde há a coordenação geral ou apenas  
7 um programa, portanto são subtraídos nesse caso. É só geral, não tem coordenador de programa,  
8 por isso estão criando aqui só 23 coordenações para programas de pós-graduação, porque as  
9 outras já estavam criadas, além de 11 coordenações de mestrado profissionalizante. Aqui é  
10 apenas a diferença. A Professora RACHEL MENEGUELLO diz que o professor Diniz  
11 comentou sobre a mudança do regimento, no caso da extensão, em que momento pode  
12 acomodar, e acha que no caso da pós-graduação esse é um cuidado a ser tomado. Os  
13 coordenadores de programa e os programas existem nos quadros, então não é algo a se mudar,  
14 é só, na verdade, implantar algo que já existe sem esse reconhecimento de implantação. Mas  
15 chama a atenção para que haja esse cuidado das unidades na hora de implantar tudo isso. O  
16 SENHOR PRESIDENTE observa que a mudança de regimento tem a ver com extensão e  
17 pesquisa, pois aparece nele como sendo uma função única, e terá de ser desdobrada como duas  
18 funções. A professora Rachel tem toda razão, de programa em geral já existe hoje no regimento.  
19 Lembra que essa discussão voltará certamente com bastante intensidade no Conselho  
20 Universitário, mas na COP o que vão votar são os recursos da ordem de R\$1,322 milhões, que  
21 correspondem ao que está na tabela da página 02 da documentação, em relação a 24  
22 coordenações de extensão; 23 coordenações de programas de pós-graduação; 11 gratificações  
23 de coordenação de mestrado profissional; uma para coordenador do CEP; um coordenador  
24 CEP-CHS e uma coordenação da CEUA. Esse valor representa 0,0042% do recurso do Tesouro.  
25 Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade.  
26 A Professora RACHEL MENEGUELLO agradece pela atenção e pelo apoio ao pleito. O  
27 Professor FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO agradece pelo apoio ao pleito. Como  
28 as pessoas disseram, isso vai em uma direção de justiça no tratamento da extensão. O Professor  
29 JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO agradece o apoio, a sensibilidade dos colegas em  
30 relação aos coordenadores dos comitês e da comissão de ética. O SENHOR PRESIDENTE  
31 agradece a presença e os esclarecimentos dos pró-reitores. Passa aos itens 02 e 03, de forma  
32 conjunta, que tratam de suplementações de recurso para o HC, solicitando ao professor Antonio  
33 que faça um breve diagnóstico da questão financeira orçamentária do HC. O Professor  
34 ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO primeiro justifica a ausência da professora  
35 Elaine, que tem participado ativamente das discussões, mas hoje ela está como uma  
36 embaixadora do HC, porque o Governador, Rodrigo Garcia, e o Secretário de Saúde, Jean  
37 Gorinchteyn, estão na cidade e ela foi almoçar com eles, juntamente com o professor Oswaldo,  
38 da Deas, que também não está nesta reunião pelo mesmo motivo. Foram levar pleitos de  
39 captação e solicitar recursos para o custeio e o financiamento da operação do HC. Esta é sua  
40 última reunião da COP como superintendente do Hospital; sente tristeza por deixar essas

1 instâncias da Universidade, nas quais tanto aprendeu, mas também tristeza porque mais uma  
2 vez vem pedir o auxílio da Universidade devido à dimensão das demandas e das deficiências  
3 históricas que o Hospital vem sofrendo. Além das pressões homéricas que vêm de secretaria  
4 municipal, prefeitura municipal, região, estado. Compartilha uma apresentação sobre o  
5 Hospital, que é o maior campo da prática do ensino em saúde e pesquisa aqui da Universidade,  
6 e várias unidades da Saúde dependem diretamente do HC para funcionar. Muita coisa era feita  
7 sem o devido repasse, é lógico que tem acerto interunidades, mas têm de, com o auxílio da  
8 Deas, da Reitoria, orçar as outras unidades. Todos sabem que o Hospital é 100% SUS, e  
9 devido à enorme pressão que sofrem sempre, mas principalmente durante a pandemia e agora  
10 no pós-pandemia, houve a falta de leitos pediátricos, de UTI pediátrica, está uma demanda  
11 grande na cidade, na região, e tiveram de suspender um pouco o atendimento no pronto-socorro  
12 porque estavam sem vaga. Mas graças ao aporte da Universidade, hoje estão com 442 leitos  
13 ativos. Para terem uma ideia, antes da pandemia e historicamente tinham 410, 411, no máximo  
14 420 leitos ativos. Hoje há só 18 leitos não ativos porque eles estão em reforma, que são da  
15 enfermaria de dermatologia. Isso gera uma resposta à demanda violenta: Ministério Público,  
16 juiz, prefeitura, todos fazendo uma pressão insana sobre a Universidade, porque eles falam que  
17 a Unicamp é o estado e o estado não comparece. Então é algo bastante desagradável, mas a  
18 comunidade do HC, da área da Saúde, juntamente com a Reitoria e a comunidade da Unicamp  
19 em geral conseguiram atender a essa demanda, essa pressão. O orçamento do Hospital de  
20 Clínicas vem de recursos orçamentários, desde a sua fundação, praticamente, e da autarquia,  
21 que são recursos gastos, como em toda a Universidade, com pessoal, restaurante, contratos,  
22 investimentos e tudo o mais. Por uma assinatura com o Ministério da Saúde, através do  
23 convênio SUS, recebem recursos extraorçamentários, que é o contrato SUS, para média e alta  
24 complexidade, que é mais ou menos fixo, e do Faec, que é o Fundo de Ações Estratégicas e  
25 Compensação para programas especiais do Ministério, que ele paga além do teto. São os  
26 transplantes, cirurgias de implante coclear etc. Também possuem recursos extraorçamentários  
27 da Secretaria de Saúde, que são os convênios da farmácia de alto custo, que faz uma média de  
28 10 mil atendimentos para entrega de medicamentos para a população. É um serviço que o estado  
29 paga para o HC realizar. E o convênio da UTI pediátrica, que é custeada totalmente pela  
30 Secretaria de Saúde. Buscam sempre recursos de emendas parlamentares e, mais recentemente,  
31 durante a pandemia, desenvolveram a captação de recursos com a criação do Amigos do HC.  
32 O recurso que vem do Fundo Nacional de Saúde, que envia o teto financeiro mais o Faec, só  
33 que como o gestor do SUS é o estado, não é o município, esse dinheiro vai para a Secretaria de  
34 Saúde, no Fundo Estadual de Saúde. Lá eles pegam todo o recurso que vem para a Unicamp e  
35 descontam o que chamam de judicialização. Se há medicamentos prescritos que o SUS não  
36 paga, o paciente entra com processo contra a secretaria, a secretaria perde, só que ela retém na  
37 fonte o valor dessa ação. E se o HC não atingir uma meta financeira, com produção de 85% do  
38 valor, a secretaria penaliza-o com o desconto do teto também. Se o sistema se autorregulasse e  
39 tivesse reajuste, seria ótimo, só que para o Hospital fazer mais ou menos 85% do teto, com  
40 inflação, inflação médica, gastam muitas vezes 100% do teto, 120%. Esse recurso ia para o

1 Caaaas, que era um órgão assessor da FCM, e que foi centralizado, por decisão da CAD e do  
2 Consu, na Deas. A Deas faz o repasse para as unidades e tem os descontos desse recurso para  
3 CVDA, FCM e CEB. Quando fazem convênios diretamente com a secretaria, que é o caso da  
4 farmácia de alto custo e da UTI pediátrica, ela manda esse recurso direto para o HC. Em  
5 seguida, mostra uma tabela de receitas e gastos, desde 2017, mostrando uma queda em 2021 e  
6 2022, pois tiveram problemas para realizar os transplantes, que pagam a mais. O orçamentário  
7 a que se refere são as parcelas orçamentárias de custeio, utilizadas para fazer a compra e girar  
8 o hospital na compra de medicamentos e tudo o mais. A receita total do SUS teve uma queda  
9 de 2019 até 2022 em razão da pandemia, e a receita de custeio orçamentário também teve uma  
10 queda devido a várias situações, mas se mantém uma média de R\$13,4 milhões. O próximo  
11 gráfico, da evolução dos recursos SUS, mostra que esses valores são totalmente absurdos no  
12 custeio da Saúde no Brasil. No caso do HC, desde 2010 recebiam o teto de R\$6 milhões, em  
13 valores nominais. No começo de 2011, ocorreu o último reajuste da tabela SUS para o Brasil  
14 inteiro, e para o HC teve um aumento de mais ou menos R\$1 milhão por mês. No início de  
15 2013, houve uma ação do Ministério Saúde que promoveu o que eles chamam de incentivo à  
16 contratualização: hospitais que se destacassem em algumas áreas, como o atendimento de  
17 urgência, emergência, assistência cardiovascular e tudo mais, tinham um incentivo. O HC teve  
18 o seu reconhecimento e recebeu o que hoje corresponde a cerca de R\$1,8 milhões por mês. E  
19 passou então a receber um teto, mais ou menos fixo, de R\$9 milhões. A linha laranja do gráfico  
20 mostra os Faecs, que são variáveis de acordo com a produção de transplantes, implantes  
21 cocleares e outros procedimentos que eles vão mexendo, e quando conseguem produzir mais  
22 transplante, recebem a mais. O rendimento do recurso total é a linha cinza, que é mostrado mês  
23 a mês. Quando normalizam para total anual, veem a tragédia que é o financiamento na área da  
24 Saúde de recursos SUS. De 2013 até 2021, é praticamente uma reta, ou seja, não são aplicados  
25 nenhum dos índices inflacionários, e todos sabem que existe a chamada inflação médica, que é  
26 o valor de custo médico hospitalar, baseado nos índices que os convênios usam para reajustar  
27 os planos de saúde, a partir do que acontece no mercado da Saúde em termos de reajuste de  
28 equipamentos, de insumos, de medicamentos, sendo que muita coisa é baseada no dólar. Essa  
29 realidade é cruel para a área da Saúde e para a Universidade. Muitas pessoas dizem que a área  
30 da Saúde deveria ser uma autarquia do Estado, isso foi aprovado no Consu em 2019, mas não  
31 foi implementado. Basicamente, no Estado de São Paulo existem dois hospitais universitários,  
32 o HC da Unicamp e o Hospital Universitário da USP, que é um hospital escola, mas de baixa  
33 complexidade. Falam que as maiores cirurgias que eles têm lá são apendicite, uma vesícula e  
34 uma fratura de braço. Já o HC da Unicamp é a referência para alta complexidade de uma região  
35 enorme. Em termos de dotação orçamentária, ou seja, valor total que recebe do orçamento, o  
36 HC corresponde a mais ou menos 15%, variável conforme o montante de recursos da  
37 Universidade. Em valores nominais, houve um aumento, mas quando aplicam a correção,  
38 verificam que seria como se em 2012 tivessem recebido R\$466 milhões e em 2020 R\$416  
39 milhões. Isso se deve a inúmeras causas que permeiam toda a dinâmica universitária e o  
40 orçamento da Universidade. O comprometimento da Unicamp com a folha de pagamento

1 chegou a 107%; recursos humanos são a maior riqueza de uma universidade, com suas mentes  
2 brilhantes e trabalhos que são produzidos para tocar a Universidade, para tocar o Hospital. São  
3 pessoas que fazem isso, então os recursos humanos são a maior riqueza. Uma grande diferença  
4 da área da Saúde, especificamente HC e Caism, é que eles funcionam 24 horas por dia, e há  
5 pacientes internados que exigem cuidado, então a quantidade de recursos humanos, de  
6 profissionais de Saúde e uma equipe administrativa para tocar isso é brutal, com todas os  
7 problemas que enfrentam quando há muitos trabalhadores: afastamentos, atestados, que  
8 acontecem e quem trabalha na área de Saúde, às vezes, afasta até mais por problemas de saúde  
9 mesmo. Em 2013, havia 1.995 trabalhadores Unicamp ativos, aptos a estarem ao lado do  
10 paciente, e 882 Funcamp; em 2014, foi instituída por deliberação Consu a jornada de 30 horas  
11 para trabalhadores da Saúde, e a Enfermagem passou de 40 para 30 horas, assim como várias  
12 outras classes trabalhadoras. A Universidade, para cumprir a redução de jornada, precisou fazer  
13 a contratação de 183 profissionais, foram para 2.128, mas tiveram de aumentar os trabalhadores  
14 Funcamp também. No entanto, começaram a ter aposentadorias, afastamentos e tudo o mais, e  
15 o número de funcionários ativos vem caindo ano a ano agora. Em 19 de abril, quando fizeram  
16 o levantamento, eram 1.758. Como a assistência não para e tem aumentado, em 19 de abril  
17 estavam com 1.022 funcionários contratados com recurso SUS. Porém, viram que o recurso  
18 SUS é uma reta e o gasto com a folha vem aumentando sempre. Isso gera, do faturamento bruto  
19 de cerca de R\$12 milhões por mês, na média, pois há vários descontos, mas o gasto com a folha  
20 de pessoal, o recurso extraorçamentário, era 55% em 2016, depois começou a aumentar. Mesmo  
21 assim, em 2020, na pandemia estavam com 66%. Só que em junho tiveram aqueles leitos  
22 fechados, contratação emergencial por pressão em cima da Reitoria da gestão passada, e  
23 passaram para 89%, 90%. Este ano, janeiro, fevereiro e março, estão com a média de  
24 comprometimento da folha de 85%, 83%. E o que acontece quando comprometem essa  
25 porcentagem com a folha é que sobra muito pouco para o custeio SUS, para comprar remédio  
26 e tudo o mais. Antigamente tinham R\$4 milhões de custeio, ele veio caindo e agora é R\$1,6,  
27 R\$1,5 milhão de custeio. Para manter leitos abertos, tiveram de contratar profissionais extras,  
28 emergenciais, e até alguma empresa médica para suprir. Isso promoveu um aumento com gasto  
29 de pessoal em abril e junho, que foi o pico, na época; estavam com 54 leitos fechados, 10 de  
30 enfermagem e 10 de UTI. Depois o número de atendimentos caiu, esse pessoal foi sendo  
31 desligado, mas para não fechar leitos, contrataram novamente. Para se ter uma ideia, só para  
32 manter os leitos abertos tiveram um impacto, mais ou menos, de R\$2 milhões, além de outras  
33 contratações. Outro gasto que possuem, pela quantidade absurda de funcionários, e todas as  
34 unidades devem passar por isso, são ações trabalhistas; verificam na tabela que do recurso SUS,  
35 de 2019 a 2022, foram mais de R\$2 milhões. Outros gastos são os almoxarifados, que são pagos  
36 com recursos SUS, a taxa administrativa que teve uma mudança na gestão passada, ou seja, a  
37 taxa de ressarcimento da Funcamp, transporte fretado e essa judicialização, CVDA, que causa  
38 um impacto grande também. Essas são coisas históricas, e o que procuram fazer para tentar  
39 minimizar é a captação de recursos. A partir de 2018, em emendas federais receberam R\$42  
40 milhões, e das estaduais, por um trabalho grande também da Deas, mais R\$7 milhões, então

1 são quase R\$50 milhões. O grande problema é que as emendas não podem ser usadas com RH;  
2 elas podem ser destinadas a comprar medicação, mas não podem pagar RH. A Covid foi uma  
3 loucura, todos viveram na pele, e até hoje o PS está lotado de pacientes com Covid, áreas  
4 totalmente ocupadas, mas tiveram R\$40 milhões de recursos adicionais através do convênio,  
5 habilitações que foram buscar. Então 2020 foi um ano em que não precisaram de  
6 suplementação, inclusive porque receberam doações. Criaram o Amigos do HC, que conseguiu,  
7 entre recursos, equipamentos e aparelhos, R\$10 milhões de doação, e a sociedade doou, para  
8 área da Saúde, cerca de R\$14 milhões. O Amigos do HC arrecadou em 2020 R\$8,5 milhões,  
9 em 2021 já caiu para R\$2,3 milhões. Da meta que colocaram no *site* de R\$33 milhões para  
10 2022, só arrecadaram R\$27 mil. Há outras ações para tentar arrecadar recursos, mas é muito  
11 difícil. E há os recursos adicionais, que são os convênios que mencionou, R\$34 milhões em  
12 quatro anos da UTI Pediátrica, R\$11,5 milhões para farmácia de alto custo, de 2020 a 2023.  
13 Quando analisam a projeção do fluxo financeiro, do que já executaram até abril, e a projeção  
14 para o ano, com 30 leitos a mais, essa demanda brutal, foi projetado um déficit de R\$40,968  
15 milhões. Portanto, no ano passado solicitaram suplementação de R\$23 milhões, este ano de  
16 R\$40 milhões, e as propostas que são feitas buscam resolver isso. A consultoria finalmente foi  
17 licitada, contratada, e tiveram, anteontem, a primeira reunião com a empresa, para fazer uma  
18 consultoria importante. Propostas de modulação de RH-Funcamp; contratação de profissionais  
19 Paepe, que está andando; a reposição automática de enfermagem, que tinha sido cessada, está  
20 voltando. Hoje, a doutora Elaine está solicitando mais recursos para a Secretaria Estadual de  
21 Saúde, estão buscando habilitação da UTI Coronariana junto ao Ministério da Saúde, há um  
22 projeto de subvenção cardiovascular junto à Secretaria, tudo para tentar onerar um pouco menos  
23 a Universidade. Agradece ao senhor Cláudio Lopes, assessor financeiro do Hospital, essencial  
24 para resolver essas contas e ter todos esses dados. Agradece a todos e se coloca à disposição. O  
25 SENHOR PRESIDENTE agradece ao professor Antonio pela exposição detalhada, realmente  
26 é uma questão bastante importante para a Universidade. Todos sabem de todo o esforço do  
27 complexo da Saúde da Unicamp, em particular do HC, e reconhecem a coordenação do  
28 professor Antonio em um momento realmente dramático para o país no enfrentamento do  
29 problema. Ao mesmo tempo, vivem uma pandemia financeira, que é uma questão também que  
30 os aflige muito. Sabem dos esforços da gestão do Hospital, procurando dentro de seus limites  
31 minimizar esse problema, e a COP está aqui exatamente para apresentar, debater esses números  
32 e as soluções. Como o professor Antonio já bem disse, tiveram a primeira reunião com a  
33 empresa que venceu a licitação para fazer a consultoria, a Deloitte, que possui uma área  
34 especializada em gestão hospitalar. Acreditam que ela possa lhes dar algum norte para  
35 minimizar essa dificuldade financeira, mas o quadro é realmente bastante dramático. Passa a  
36 palavra ao senhor Thiago, da Aeplan, para colocar primeiro os números que estão votando, e  
37 depois abre a palavra para os membros da COP. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz  
38 que explicará os dois itens juntos, pois eles estão separados na pauta apenas porque um seria  
39 um *ad referendum* e o restante seria uma nova aprovação da COP. Voltando um pouco no  
40 orçamento do Hospital de Clínicas, diz que iniciaram o ano com o orçamento de custeio, como

1 o doutor Antonio já mostrou, no valor de R\$13,3 milhões para o ano todo. Da mesma forma  
2 que ocorreu em 2021, esse recurso foi sendo consumido muito mais rápido do que as liberações  
3 feitas mensalmente. Esse é um recurso distribuído como se fosse os três primeiros meses em  
4 janeiro e, depois, a cada mês vão liberando uma parcela, chegando à última parcela do final do  
5 ano, assim como três meses antes, em outubro. Em janeiro, fevereiro e março, o Hospital foi  
6 consumindo todos os recursos já destinados e os recebidos mensais. A partir de abril, começou  
7 a faltar fluxo de caixa para o Hospital, que faz a primeira solicitação de antecipação de três  
8 cotas, outubro, novembro e dezembro. Então as últimas três cotas do ano, no valor de R\$3,6  
9 milhões, foram antecipadas em abril, o que permitiu ao HC pagar suas despesas. Já no início de  
10 maio, o Hospital solicitou a antecipação das últimas duas cotas que teria, no valor de R\$2,3  
11 milhões, mas mesmo com a antecipação de todos esses recursos, na semana passada o HC não  
12 tinha mais recursos para empenhar as necessidades, nem para comprar os medicamentos do  
13 próximo mês. Foi solicitada à Reitoria, e depois de aprovação da Deas e de ordem do Magnífico  
14 Reitor, foi feita uma suplementação de recursos de R\$1,841 milhão para arcar com as despesas  
15 de maio. O item 02 da pauta conta a história até esse momento, que é esse R\$1,841 milhão que  
16 já foi suplementado ao Hospital, recurso que eles estão executando para se manter esta semana,  
17 então vem para COP para uma aprovação *ad referendum* da COP. Na sequência, pensam no  
18 futuro, e como o doutor Antônio já mostrou, a previsão de fluxo de receitas e despesas do  
19 Hospital até dezembro ainda pode ter muitas variáveis, pode ter mudanças tanto nas despesas  
20 como nas receitas. Não sabem como vai ser o reajuste Funcamp, o que pode entrar mais de  
21 recursos, emendas, as próprias subvenções que o doutor Antônio já citou, mas hoje a projeção  
22 é de R\$40,9 milhões, que o doutor Antônio apresenta como o déficit, o que falta de recursos  
23 para fechar 2022. Por entender que essas projeções podem ir mudando mês a mês, a sugestão  
24 aqui apresentada para o item 03, assim como já fizeram no passado, é de suplementar recursos  
25 para os próximos três meses, junho, julho e agosto, conforme mostra a apresentação do HC. O  
26 valor necessário para três meses é de R\$16,3 milhões, mas se for aprovado o R\$1,841 milhão  
27 do item 02, o item 03 seria uma suplementação de mais R\$14,662 milhões para esses três meses,  
28 baseado exatamente na projeção que o HC está fazendo. Essa liberação de recurso seria mensal,  
29 conforme o que estão solicitando, pois os déficits são diferentes de acordo com o mês. Em  
30 agosto a COP conversa, verifica se houve alguma mudança nas subvenções ou não, vai  
31 acompanhando esses recursos e modulando essas suplementações mensais para o exercício.  
32 Então essa é a proposta, suplementação de três meses que suplementariam no início de cada  
33 mês. A Professora HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que não participa da  
34 Administração da Universidade há tanto tempo, mas desde que iniciou, talvez há quatro anos,  
35 todo ano tem suplementação para o HC. Hoje, pensando sobre isso, perguntou-se onde erram  
36 quando fazem o orçamento, porque todo ano complementam alguma coisa, portanto estão  
37 fazendo algo errado. Segundo os dados que o senhor Thiago apresentou, neste ano erraram em  
38 seis meses, porque tudo o que o HC tinha para gastar no ano ele gastou até maio. E vão  
39 complementar junho, julho e agosto e em agosto discutir novamente. Agora terão uma  
40 consultoria que vai ajudar a entender o HC, ou entender como podem melhorar essa situação.

1 Já tiveram, no passado, um GT da área da Saúde que chegou a uma conclusão, chegou a um  
2 relatório que não podem jogar no lixo. Foi trabalho dos colegas e foi muito bem feito, tendo  
3 chegado a conclusões importantes. Solicita que esse relatório seja disponibilizado à consultoria  
4 para que ela analise onde erraram, ou o que pode ser feito com todo aquele material. Algo que  
5 lhe chamou a atenção na apresentação do professor Antônio é que, de 2013 a 2022, a variação  
6 do número de funcionários é de 90, e de forma geral o que fizeram foi substituir funcionários  
7 Paepe por funcionários de convênios pagos pela Funcamp. Estão, na verdade, movimentando  
8 recursos de uma maneira diferente. Com tudo isso em mente, e principalmente com a ideia de  
9 que estão errando no momento de elaborar o orçamento, o que propõe é que ao final do ano se  
10 apure o que foi gasto no HC e isso seja o que prevejam de uso para o ano que vem. Porque não  
11 é possível continuar prevendo menos, ano após ano, e a cada três, quatro, cinco meses, ter de  
12 vir o responsável pelo HC aqui dizer que precisa de mais. Se, por acaso, o que gastaram em  
13 2022 não for gasto em 2023, tanto melhor, vai acontecer o que não acontece há muitos anos,  
14 que é não precisar complementar o HC e ao contrário, ele não gastar tudo o que foi  
15 disponibilizado. Isso vai melhorar muito a vida do HC e também a dos membros que fazem  
16 parte da COP, da CAD e do Consu, porque essa demanda passa nesses três órgãos. Se não  
17 conseguem determinar onde erraram, que assumam que o que está certo é a realidade e façam  
18 assim daí para diante, entender que o HC precisa mais do que estão fornecendo todos os anos.  
19 Assumir isso como real e colocar isso no orçamento. O SENHOR PRESIDENTE diz que  
20 entende a preocupação da professora Heloise, mas observa que não possuem controle de todas  
21 as variáveis. Como bem mostrou a apresentação do professor Antonio, há no financiamento do  
22 HC questões extraorçamentárias que têm um peso maior e que depende dos convênios.  
23 Convênios esses que não vem sendo devidamente reajustados, que podem ser a qualquer  
24 momento, ou não, reajustados, mas não vem sendo reajustados. Existe uma receita também  
25 muito variável oriunda de doações, que vêm a partir de emendas que podem, de ano para ano,  
26 chegar a variar em mais de R\$10 milhões. Diante dessa incerteza de receitas que não controlam,  
27 colocam o recurso no orçamento e vão adequando esse orçamento aqui dentro da COP, dentro  
28 do Consu, a partir dessa receita orçamentária. Não é que há um erro, é uma questão de  
29 flexibilidade e adaptação. Lógico que gostariam que as receitas extraorçamentárias crescessem,  
30 que o valor do convênio SUS fosse reajustado, que as emendas parlamentares fossem mais  
31 constantes e crescentes, para que não houvesse a necessidade de suplementação. Mas não é um  
32 erro, é uma questão de ajuste. Não faz sentido cobrir orçamentariamente, *a priori*, na proposta  
33 de distribuição orçamentária, todos os recursos e, de repente, no que entrasse de  
34 extraorçamentário, ou de um reajuste, que reduzissem o orçamentário. Não entende como erro,  
35 entende como um instrumento, uma flexibilidade que fazem aqui. Isso olhando do ponto de  
36 vista da receita. Do ponto de vista do custo, ainda que se faça uma estimativa, a apresentação  
37 do professor Antonio deixou bastante claro que também há variáveis que extrapolam o controle  
38 e a gestão da Universidade. Podem controlar recursos humanos, que estiveram relativamente  
39 estáveis nesse período, apesar de uma demanda crescente, mas não há como controlar a inflação  
40 no setor de Saúde. O quadro que o professor Antonio traz mostra como ela cresce de forma

1 muito superior ao índice oficial. Não controlam, por exemplo, quando contratam pela Funcamp;  
2 o reajuste que eles possuem não tem nada a ver com reajuste dos salários que é feito pela  
3 Universidade. Há variáveis que estão fora do controle da gestão do HC e da gestão central,  
4 então não consegue entender o argumento do erro. Acha que diante dessas questões que são  
5 colocadas, de um quadro de muitas incertezas, precisam ter a capacidade de adaptação.  
6 Obviamente que incomoda a todos o fato de terem de utilizar, como solicita o HC, R\$40 milhões  
7 da dotação orçamentária da Universidade para cobrir essa variação das receitas e dos custos não  
8 controláveis, mas coloca para reflexão se há um erro ou se há, na verdade, uma necessidade de  
9 adaptação. Naquilo que lhes cabe como gestores, HC e Consu estão tentando tratar. Lembra  
10 alguma dessas ações que são importantes: trouxeram as decisões do Caaaas para dentro da Deas,  
11 que começou agora a partir de maio uma mudança importante em termos de governança nesses  
12 fluxos administrativos e financeiros; trouxeram também a consultoria que foi aprovada no  
13 Conselho Universitário em 2019. Estão agora, em 2022, colocando essa consultoria, que teve a  
14 primeira reunião, está devidamente contratada, licitada a empresa. Outra medida importante é  
15 a questão de centralização dos custos, e um investimento muito significativo no *software* de  
16 gestão hospitalar conhecido como AGHUse. Portanto, ações que estão sob o controle da gestão  
17 central e da gestão do HC estão sendo adotadas. Se elas são ou não suficientes para dar conta  
18 de um quadro de tantas incertezas e variações, essa é uma outra questão. O senhor THIAGO  
19 BALDINI DA SILVA diz que na aprovação da PDO de 2022 foram questionados se não haveria  
20 nenhum reajuste especial ao Hospital, e se o déficit era um déficit Covid, como vinha sendo  
21 falado, ou se era já tratado como um déficit estrutural. Então, quando fizeram a proposta,  
22 imaginavam que era algo estrutural, mas ainda tinham muito efeito da Covid. Outro ponto que  
23 imaginavam que fazia alguma diferença este ano é que o convênio SUS tinha vigência até  
24 dezembro do ano passado, então imaginavam que já estavam em negociações e que esse novo  
25 convênio poderia valer a partir de 2022, o que poderia gerar algum reflexo, alguma mudança  
26 nesse cenário dos recursos SUS. Até pouco tempo atrás pensavam que isso teria tido um termo  
27 aditivo, mas o estado jogou isso para frente, imaginavam que isso ia estar fechando agora, no  
28 meio do ano, mas pelas negociações atuais, já avaliam que só a partir de 2023 possa vir alguma  
29 mudança nesse convênio SUS. Está sendo negociado um novo contrato com novos  
30 procedimentos no teto, que pode ser alterado, mas é claro que este ano talvez seja o ano de já  
31 pensar em alguma mudança para a orçamentação de 2023. O Professor ANTONIO  
32 GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO diz que, como o professor Fernando comentou, é difícil  
33 prever um valor fixo baseado em tantas incertezas de demandas e tudo o mais. Acha que isso  
34 vem, de uma certa forma, de longa data, e o que está sendo discutido é horrível mesmo para  
35 todos. Gostaria de estar aqui, na última COP, feliz, mas ter de vir pedir é realmente muito ruim,  
36 e é ruim para toda a comunidade discutir isso, porque estão discutindo gratificações importantes  
37 que daria para manter por vários anos com um recurso desse. Só que as demandas são muito  
38 importantes. Então coisas estão sendo feitas, o modelo de financiamento foi discutido naquele  
39 GT e uma das principais conclusões é que precisariam autarquizar a área da Saúde. Precisam  
40 levar isso adiante, com todas as controvérsias que existem, lógico, mas tem de ser algo



1 discutido, porque vários hospitais são autarquizados, mas têm problemas também. Essa visão  
2 do professor Fernando é ótima, de irremediando, equilibrando paulatinamente para ver como  
3 fazer, até porque o Ministério da Saúde fez uma proposta de mudança na atenção cardiovascular  
4 que deve aumentar muito o valor. O HC, por ser uma referência, é contratado no convênio SUS  
5 para fazer 100 cateterismos por mês, mas faz 400, 500, porque a demanda chega na porta. Então  
6 vai haver uma mudança. Se a secretaria não comparecer também é muito ruim, mas eles falam  
7 que o HC é da Universidade, então a Universidade tem de pagar. Talvez consigam amarrar  
8 alguma coisa hoje, através dos professores Oswaldo e Elaine, com a secretaria, no sentido de  
9 ter subvenção da mesma, não só suplementação universitária, tem de fazer uma composição. E  
10 o convênio SUS é isso, a tabela não vai aumentar porque é para o Brasil inteiro, então eles não  
11 aumentam a tabela. Esteve no Ministério da Saúde pedindo uma subvenção diferente, baseada  
12 em qualidade, mas também não obteve sucesso. São conversas políticas, mas vão discutir a  
13 questão da quantidade, e no final do ano vai ser assinado um novo convênio. A Professora  
14 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que quando pergunta onde erraram, não  
15 quer dizer que houve um erro, uma coisa grave. Não é isso. Estão errando a mão, porque na  
16 primeira vez que esteve aqui, complementou-se o último mês. Em 2020, houve todo aquele  
17 montante de doação, não houve complementação. Depois complementaram dois meses, e agora  
18 vão complementar todo um semestre. Então, de fato, o professor Fernando tem razão, são coisas  
19 imponderáveis, mas o que não sabem é o quanto elas vão afetá-los, mas sabem o que vai afetá-  
20 los. Conhecem a identidade dos problemas, só não sabem o quanto eles vão impactá-los a cada  
21 ano. Então sua proposta é, realmente, aumentar o orçamento do HC em 2023, no mesmo  
22 montante que complementaram este ano, na esperança de que não tenham de complementar o  
23 ano que vem, e observar. Como disse o professor Fernando, observar, complementar e adaptar.  
24 Só não estão acertando na adaptação, no resto estão. O SENHOR PRESIDENTE diz que o que  
25 a professora Heloise está sugerindo já é realizado; na distribuição orçamentária de 2022, por  
26 exemplo, reajustaram basicamente em 10% tudo. Do orçamento da Universidade saem R\$530  
27 milhões para o complexo da Saúde, 10% acima, são mais de R\$50 milhões que foram  
28 acrescentados, que representam algo em torno de 18% do RTE. No entanto, não adiantou  
29 corrigir em 10%, pois a inflação no setor é muito mais ampla que isso. Continua achando que  
30 devem fazer isso sempre de uma forma muito equilibrada. Fazem esse orçamento e vão  
31 acompanhando ao longo do ano todas essas variáveis, sobretudo as que estão fora do controle  
32 dos gestores, e entendendo a importância do Hospital. Já falou em outras oportunidades, tanto  
33 aqui na COP quanto no Conselho Universitário, que precisam chegar à conclusão se a  
34 Universidade quer continuar tendo ou não esse sistema de financiamento. Avaliar a importância  
35 que tem ou não a Saúde, seja do ponto de vista político para a Universidade, seja do ponto de  
36 vista da relação com as suas atividades acadêmicas. Se continuarem na decisão de ter um  
37 hospital porta aberta, essas incertezas permanecem, pois não controlam a demanda, não  
38 controlam o SUS, não controlam o reajuste dos convênios. Então é uma situação delicada e  
39 complexa, por isso toma tanto tempo aqui na COP. O professor Antonio fez uma exposição de  
40 meia hora com dados, com indicadores tentando trazer o máximo de informação para a COP

1 poder deliberar. Entende a complexidade e as observações da professora Heloise são muito  
2 bem-vindas. O Professor WAGNER DE MELO ROMÃO parabeniza o doutor Antonio pela  
3 exposição muito detalhada; vão aprendendo a cada sessão aqui da COP o funcionamento da  
4 área da Saúde aqui da Unicamp. Está entendendo que é a última sessão da COP de que o  
5 professor Antonio participa, então o parabeniza por esses anos todos de dedicação ao HC. Acha  
6 que é sempre importante valorizar nos quadros da Universidade as pessoas que assumem tarefas  
7 grandiosas como essa do HC. Estão em uma situação político-econômica complicada no país,  
8 de um modelo de entendimento do papel do Estado e da incapacidade de que os governantes,  
9 sobretudo os do nível federal, compreendam a importância do setor da Saúde no país, a  
10 importância desse reajuste da tabela SUS que acha que resolveria muito dos problemas que não  
11 só o HC, mas todo o Sistema Único de Saúde tem passado esses anos. Realmente estão em uma  
12 situação muito difícil e os dados que o professor Antonio mostrou apresentam muito bem isso.  
13 Entende que essa adequação que a professora Heloise propõe, de certo modo, acabaria os  
14 deixando em uma situação difícil porque perderiam justamente a capacidade de continuar  
15 reivindicando mudanças, transformações, que o Estado de São Paulo incorpore as suas  
16 responsabilidades com relação ao Sistema de Saúde e àquilo que o HC proporciona, da mesma  
17 forma o governo federal, com a sua capacidade de fazer o que deveria ser feito. Ainda bem que  
18 a Universidade tem tido reserva financeira, tem recuperado os seus recursos, a sua reserva  
19 estratégica, e que pode, com alguma tranquilidade, claro que isso não é o desejável, suplementar  
20 esses recursos quando há necessidade deles. Manifesta a sua aprovação aos itens 02 e 03 da  
21 pauta, para que o HC continue fazendo o seu trabalho e sendo uma referência na região. Talvez  
22 uma das maiores referências da Unicamp seja o HC, para essa região, para essa população que  
23 sofre tanto com as suas necessidades no campo da Saúde. Acha que é isso é papel da  
24 Universidade também. O Professor ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO diz que  
25 grandes emoções geram grandes paixões; o HC é uma bomba de emoções fortes diuturnamente,  
26 mas gera grandes paixões. Paixão em ver que a Universidade entende a importância do Hospital,  
27 mas discute ativamente a busca de soluções. Tem sido formidável passar por tudo isso,  
28 conhecer. Ontem teve a primeira reunião substituindo a professora Heloise na Funcamp, são  
29 novos desafios, novos aprendizados, mas também nesse sentido de estar junto. O professor  
30 André Biancarelli está lá também para lutar pela Universidade e engrandecê-la. Agradece  
31 imensamente e diz que vão continuar trabalhando pela Universidade. O SENHOR  
32 PRESIDENTE agradece, em nome da COP, pelo esforço, trabalho e dedicação do professor  
33 Antonio, na área talvez mais complexa, mais difícil da Universidade, que é a superintendência  
34 do HC. Não é só a Universidade que lhe agradece, mas certamente também a comunidade que  
35 precisou mais do que nunca do atendimento do Hospital nesses momentos críticos por que o  
36 país passou e ainda tem passado. Não havendo mais observações, submete à votação em bloco  
37 os itens 02 e 03, que são aprovados por unanimidade. Agradece muito a compreensão e o apoio  
38 a essa proposta encaminhada pelo HC. Com isso, vão remeter o assunto diretamente da COP  
39 para o Conselho Universitário, para agilizar e o HC possa ter os recursos. Estão todos torcendo  
40 para que essas receitas adicionais apareçam, que a Secretaria da Saúde entenda o papel

1 fundamental do Hospital para a região. Seria muito bom que conseguissem realmente  
2 sensibilizar os políticos. O Professor ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO  
3 observa que a doutora Elaine, que vai assumir em breve, será a primeira superintendente mulher  
4 do HC. O SENHOR PRESIDENTE diz que esse é mais um passo importante na Universidade  
5 e deseja sorte à doutora Elaine, que ela consiga conduzir os trabalhos e abrilhantar, assim como  
6 fez o doutor Antonio, a Universidade e o HC. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI  
7 cumprimenta o professor Antônio pela gestão e registra uma certa preocupação sobre a votação  
8 do projeto que limita a possibilidade de cobrança do ICMS em energia, combustíveis etc. É um  
9 assunto para acompanharem, aparentemente vai ser votado no Senado, e acha que pode  
10 representar problemas ou uma ameaça à situação financeira boa que estão tendo. Evidentemente  
11 os estados são sócios dos preços galopantes da energia, dos combustíveis principalmente, mas  
12 mesmo o que foi anunciado em termos de compensação, pelo que entendeu, é uma compensação  
13 relativa à arrecadação total. Essa compensação certamente não reverteria a perda para as  
14 universidades em termos do ICMS, então esse é um assunto para prestarem atenção nesta  
15 Comissão e em algumas outras. Não sabe se o professor Fernando e o senhor Thiago já possuem  
16 alguma informação a respeito disso. O SENHOR PRESIDENTE diz que sabe que o professor  
17 André participou de algumas palestras recentes sobre o assunto, sobre a conjuntura, e talvez  
18 possam em uma COP futura trazer uma apresentação dessa conjuntura para que possam debater  
19 aqui, porque realmente é preocupante. Essa reforma feita a toque de caixa, com efeitos  
20 importantes sobre a arrecadação de ICMS, impacta todos, sobretudo a Universidade, cuja  
21 dotação orçamentária depende fundamentalmente do ICMS. Sugerem que voltem a conversar  
22 na COP sobre essa conjuntura e o impacto dessas reformas sobre a arrecadação. Nada mais  
23 havendo a tratar, eu, Aline Marques, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos  
24 Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário.  
25 Campinas, 26 de maio de 2022.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 152ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 30 de junho de 2022, sem alterações.*